Aprovada na reunião plenária do CBH-Suaçuí, realizada em 08/03/2022

ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CBH-SUAÇUÍ

No dia 30 de novembro de 2021, às 14h00, foi realizada de forma telepresencial, por meio da plataforma JITSI MEET, a Reunião Extraordinária do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Suaçuí (CBH-Suaçuí). Dando início às atividades, a presidente do Comitê, Paloma Galdino, cumprimentou e agradeceu a presença de todos, salientando a importância da participação dos conselheiros e a relevância dos itens de pauta. Prosseguindo, realizou a leitura da “Carta de Abertura”, conforme orientado pela Instrução de Serviço do SISEMA, na qual estão contidas informações sobre a plataforma e orientações para o bom andamento dos trabalhos em ambiente virtual. Todos os conselheiros foram devidamente informados de que a reunião estava sendo gravada e transmitida ao vivo no YouTube para acompanhamento da sociedade. Prosseguindo, foi feita a verificação de quórum, o qual foi confirmado com a presença de 20 (vinte) conselheiros com direito a voto presentes no momento da chamada. Na sequência, foi passada à votação da ata da Reunião Ordinária do CBH-Suaçuí, realizada no dia 24 de agosto de 2021. Considerando que o material foi encaminhado previamente a todos os conselheiros, a leitura do documento foi dispensada e após votação nominal, a matéria foi aprovada com o registro de 19 (dezenove) votos favoráveis entre os conselheiros presentes no momento da votação. Prosseguindo à pauta, foi passado ao terceiro item referente aos informes sobre as oficinas e consultas públicas da etapa de diagnóstico do processo de revisão do PIRH e elaboração da proposta de Enquadramento. Inicialmente, a Sr. Paloma Galdino, fez uma breve síntese sobre as oficinas e reconheceu que os trabalhos possibilitaram aos participantes uma ampla visualização dos balanços hídricos, onde foram apresentados os quantitativos, a divisão das áreas, os grandes usuários e os principais programas em andamento. Dados estes, que foram de suma importância para a identificação da realidade da bacia. Complementou também, que o processo ocorreu de forma participativa com a contribuição da sociedade, do Comitê e de vários outros atores envolvidos. Em seguida, a analista da AGEDOCE, Juliana Vilela, apresentou brevemente todo o cronograma do processo participativo, assim como, a dinâmica utilizada nas oficinas de aproximação, consolidação e consultas públicas, informando também sobre a estratégia de mobilização utilizada e os resultados obtidos. Finalizando sua fala, esclareceu que as atividades foram

integralmente cumpridas, dentro dos prazos previstos, alcançando resultados satisfatórios com significativas e relevantes contribuições por parte dos atores envolvidos. Na sequência, a secretária executiva do Comitê, Luciane Teixeira, perguntou se o diagnóstico com as contribuições já foi consolidado e quando o Comitê poderá ter acesso para conhecimento. Na oportunidade, fez uma crítica em relação ao curto prazo disponibilizado para análise da versão inicial do produto 03 (Diagnóstico), considerando o volume e complexidade do documento. Em resposta, a Sra. Juliana Vilela esclareceu que a Engecorps encaminhou o Produto com uma planilha contendo a relação das contribuições inseridas e não inseridas no documento e que o material será encaminhado a todos os conselheiros o mais brevemente possível. Com relação às próximas etapas, durante a primeira reunião de avaliação sobre o processo, ocorrida junto aos órgãos gestores, os prazos para a entrega do produto e realização das oficinas foram um dos principais pontos discutidos e a perspectiva é que os eventos ocorram com um intervalo maior entre eles para favorecer tanto a análise dos produtos quanto a mobilização dos conselheiros. Finalizado este item, foi passado aos informes da agência, sendo realizada a apresentação das diretrizes para o Programa de Incremento de Disponibilidade Hídrica (P21). Para falar sobre este tema, foi passada a palavra ao diretor presidente da AGEDOCE, André Marques. Em sua fala ele esclareceu que o P21 contempla estudos, planos, projetos e obras para implementação, expansão ou adequação de estruturas hidráulicas para o aumento da segurança hídrica. Conforme indicadores de avaliação expressos no Contrato de Gestão ANA n° 34/2020, a agência tem a obrigatoriedade de acompanhar a execução física das ações prioritárias definidas pelo CBH-Doce. Em sua fala, apresentou brevemente os critérios de avaliação da entidade delegatária previstos no contrato para os anos de 2021 a 2025, especialmente sobre o indicador 03 que avalia o índice de execução física de ação (ões) priorizada (s) pelo CBH, sendo o P21 a ação prioritária proposta para atender este indicador, por ser uma ação estratégica muito alinhada com a agenda de gestão de recursos hídricos (Agenda Azul). Na oportunidade, apresentou os objetivos do programa e trouxe alguns dados sobre a crise hídrica enfrentada em MG e ES, razão pela qual o CBH-Doce definiu no PAP 2021-2025 realizar ações nos mananciais de abastecimento para minimizar esta situação. O projeto será realizado

em 03 fases: elaborar o estudo com os critérios de hierarquização definidos; elaborar o projeto a nível básico e executivo nos mananciais mais críticos da bacia; e executar uma obra demonstrativa. Finalizada a apresentação, a Sra. Luciane Teixeira perguntou se o P21 será articulado também entre os comitês afluentes, qual será o foco das ações do programa e se o recurso alocado previsto no PAP será revisado em função do aumento dos valores da cobrança em âmbito federal. Em resposta, o Sr. André esclareceu que o programa é da bacia e será construído com a participação de todos os comitês afluentes de MG e ES, onde serão hierarquizadas as áreas mais impactadas independentemente da localidade. Nesse primeiro momento o programa prevê a segurança dos mananciais de abastecimento. Com relação aos recursos, quando iniciar a arrecadação do novo valor da cobrança, o CBH-Doce deverá encaixar esse valor no PAP por meio de um novo programa ou aportar mais recursos em programas já existentes. Finalizada as discussões sobre este item, foi passado aos informes sobre o andamento dos trabalhos da AGEDOCE. Dando continuidade à fala, o Sr. André Marques informou que o Plano de comunicação já está sendo elaborado pela empresa de comunicação contratada, a Prefácio, de forma integrada com os comitês e o primeiro passo é a realização de um briefing (entrevista) com alguns membros estratégicos para entender a visão de cada um em relação à comunicação e extrair contribuições relevantes para a construção desse plano. Na oportunidade, ele apresentou um relatório atualizado, em números, sobre o andamento do Programa de Sistemas de Esgotamento Sanitário (P11), bem como, sobre a iniciativa Rio Vivo. Apresentou também, as novas atualizações do SIGA, informando sobre o programa de capacitação continuada para utilização da plataforma, a apresentação sobre o SIGA na COP 26, a inserção de produtos referente ao Rio Vivo no módulo de publicações e os novos módulos operacionais que iniciarão a fase de testes. Em complementação, a Sra. Juliana Vilela apresentou o Samuel e a Paula, profissionais da Prefácio presentes na agência, informando que os sites e a página dos comitês no Facebook estão sendo atualizados gradativamente. Com relação às capacitações sobre o SIGA, informou que o Vitor, técnico de geoprocessamento da Codex, está disponível para novas capacitações à todos que se interessarem e lembrou que a capacitação realizada com os membros do CBH-Suaçuí, foi transmitida pelo YouTube e poderá ser

acessada pelo link: https://www.youtube.com/watch?v=7AMJQaHeLLI. Na sequência, o presidente do CBH-Doce, Flamínio Guerra, cumprimentou os presentes e informou sobre a parceria firmada com os municípios para a execução do Rio Vivo. Com o avanço dos projetos, serão firmadas parcerias para que os municípios recebam os insumos que serão comprados pela agência e repassados para a empresa que fará a execução dos cercamentos. Dessa forma, será proposto um termo de parceria com as prefeituras de Água Boa, Serra Azul de Minas, Franciscópolis e Coluna, que já possuem projetos elaborados, para que esses municípios recebam mensalmente esses materiais e repassem na medida que os projetos forem executados. Na sequência, foi passado ao 5° item de pauta referente à aprovação do calendário de reuniões do CBH-Suaçuí para o ano de 2022. Após discussões, o calendário foi definido e aprovado com a realização de 04 (quatro) reuniões plenárias, 04 (quatro) reuniões da Câmara Técnica Institucional e Legal (CTIL), 06 (seis) reuniões da Câmara Técnica do Plano de Recursos Hídricos (CTPLAN) e 04 (quatro) reuniões da Câmara Técnica de Outorga e Cobrança (CTOC), conforme datas especificadas na Deliberação Normativa n° 78, de 30 de novembro de 2021 publicada no site do Comitê (https://www.cbhsuacui.org.br/wp-content/uploads/2013/12/DN-78_NOVEMBRO_2021-Calendario-de-Reunioes-2022-2.pdf). Em seguida, foi passada à leitura e aprovação da Deliberação Normativa *ad referendum* n° 77, de 18 de novembro de 2021, que autoriza o custeio da Sra. Paloma Galdino para participação nas reuniões do Fórum Mineiro de Comitês de Bacias Hidrográficas, nos dias 24 e 25 de novembro de 2021, em Belo Horizonte. Primeiramente, a Sra. Juliana esclareceu que a Deliberação foi emitida *ad referendum* para viabilizar a participação da presidente Paloma na reunião do Fórum Mineiro, considerando que se tratava de uma reunião importante, convocada também, para a eleição da nova coordenação do colegiado. Devido a norma do IGAM, quando a reunião não se trata de uma das instâncias do Comitê, e sendo necessário o custeio de diária, o CBH precisa autorizar esse deslocamento, razão pela qual o documento está sendo levado à plenária para validação. Na sequência, a Sra. Paloma informou brevemente sobre os principais assuntos discutidos na ocasião, onde foram realizadas discussões de extrema importância, não somente em relação à eleição do novo coordenador, mas também sobre algumas notas

técnicas repassadas por parte do IGAM que trouxeram esclarecimentos relevantes principalmente sobre as unidades estratégicas de gestão. Outro assunto em pauta foi o Plano Mineiro de Segurança Hídrica (PMSH) que está sendo revisado juntamente com o Plano Estadual de Recursos Hídricos (PERH). Além disso, informou que foi aprovado dentro do calendário das reuniões do Fórum para 2022, um encontro com todos os comitês de bacia, possivelmente para o mês de julho. Finalizados todos os esclarecimentos e sem nenhuma objeção da plenária, a matéria foi aprovada com unanimidade entre os conselheiros presentes. Sem mais itens de pauta, a reunião foi encerrada por volta das 16h00.

PALOMA GALDINO DA SILVA

Presidente do CBH-Suaçuí